

Editorial

A história do nosso planeta tem sido marcada por catástrofes como tsunamis, furacões, terremotos, inundações e acidentes nucleares. Na atualidade, a grande mídia lida com estes fenômenos de forma sensacionalista, atribuindo à “natureza” as consequências trágicas do que é, muitas vezes, resultado da ação humana. Tal perspectiva evita considerações sobre o desenvolvimento capitalista na formação de desastres “naturais” e crises socioecológicas cotidianas em lugares específicos. Por exemplo, a apropriação de terras ancestrais e o deslocamento de povos indígenas para a construção de usinas hidrelétricas na África e na América Latina, raramente, ganham a atenção dos meios de comunicação global. A verdade perturba e, assim, a transmissão instantânea e maciça de informações, instrumento imprescindível para a afirmação das nacionalidades, persiste sob o estrito controle de meia dúzia de poderosos Estados nacionais, corporações multinacionais e organismos internacionais.

Esta recente “década de desastre” deu origem a uma nova literatura acadêmica sobre os efeitos das crises e catástrofes; a uma discussão sobre como estes fenômenos são representados na mídia dominante e nas estruturas econômicas e políticas neoliberais; e a um crescente consenso no tocante à realidade das mudanças climáticas e seus impactos na biosfera. Em outras palavras, essas ocorrências colocam em relevo os vínculos entre desenvolvimento desigual, injustiça social e catástrofe “natural”, conforme ensinavam Milton Santos e Aziz Ab’Saber. E, ainda, suscitam questões acerca de como viver em um mundo de incertezas e mudanças ecológicas. Menos evidente, porém, é a percepção dos profundos laços entre natureza e nação, quase sempre ignorados tanto na abordagem de ambientalistas quanto na daqueles que estudam as comunidades nacionais.

Entender a equação natureza-sociedade requer levar na devida conta os processos multifacetados de construção das

nacionalidades. Nações resultam da integração mundial de um sistema de produção de bens materiais e imateriais e se consolidam mediante o estabelecimento de um território, delimitado por relações de poder. Neste sentido, o apego à “terra natal” é um dos elementos formadores do sentimento “nacional”, cultivado nos hinos que exaltam as riquezas naturais, a grandeza do território e as belezas da pátria, ainda que pequena ou desprovida de recursos.

Apresentada pelo Estado como entidade de interações de afeto e igualdade de direitos, a nação é frequentemente baseada em visões coloniais e capitalistas, que tratam a natureza como mero recurso econômico, a ser defendido com o sangue coletivo, ou em manifestações literárias e das artes visuais, que a consagram como algo de elevado valor estético. No ambiente histórico de emergência da nação, o capitalismo avançado, os elementos da natureza – terra, água, minério, ar, vegetação, fauna – têm estado no cerne dos conflitos bélicos entre Estados-nação e das crises ambientais que transcendem as fronteiras nacionais.

Nosso objetivo, no presente número de *Tensões Mundiais*, é abrir o discurso acerca dos desastres ambientais à análise e ao debate. Por isso, reunimos artigos que, fundamentados na teoria e na pesquisa empírica, exploram as práticas de poder e de resistência que surgem de (e contra) as contingências associadas às catástrofes “naturais”. Os autores que aceitaram o desafio compartilham dessa preocupação, embora tenham múltiplas áreas do conhecimento, vivenciem experiências diversas e trabalhem em diferentes partes do mundo.

Como lembra Donna Houston na sua apresentação dessa edição temática, a economia política de catástrofes naturais requer cuidado redobrado com alguns fatos prementes. Primeiro, a necessidade de repensar a noção de desastre ambiental não como uma série de eventos externos ou “choques”, mas como parte de uma crença no progresso contínuo e permanente impulsionado pelo capitalismo. O nacionalismo, dizia Ernest Gellner, tem raízes na transição para uma sociedade que promete o “perpétuo crescimento econômico”. Segundo, a necessidade de refletir criticamente sobre o que é “natural” nos desastres naturais. Muitas vezes, o espetáculo dos aterradores “atos da natureza” encobre as vulnerabilidades socioeconômicas estruturais.

As formulações de François Houtart sobre as noções de “bens comuns” e de “Bem Comum” têm por base demandas das lutas sociais em curso para transformar o modelo de civilização ocidental. Após elencar as várias facetas da crise do capitalismo contemporâneo, o conhecido intelectual discute os paradigmas de vida coletiva da humanidade e aspectos relacionados às políticas públicas, concluindo com uma proposta de Declaração de Bem Comum. Na sequência, Taeli Gómez oferece importante subsídio teórico ao campo dos estudos ambientais, ao valorizar os aportes de Marx para uma visão abrangente da chamada “crise ecossocial”. Esta crise é fruto de uma relação social inerente ao impulso destruidor do capitalismo, no qual sobressai a produção material. A autora sustenta que as correntes reducionistas do marxismo contribuem para seu descrédito como filosofia da prática.

Pensador engajado, com trabalhos inovadores sobre a África publicados em *Tensões Mundiais*, Patrick Bond resalta que a “economia verde” constitui uma ideia engenhosa de países e corporações do Norte para salvar o capitalismo em um cenário catastrófico. Opondo-se às diretrizes orientadas pelo mercado, a concepção de “justiça climática” vem ganhando adeptos entre ativistas como uma iniciativa capaz de minimizar as crises alimentar, hídrica, energética, ambiental e social. Sem dúvida, é no continente africano que a transformação de seres humanos e recursos naturais em mercadorias se mostra mais brutal. Em outro artigo, Henry Kah, acadêmico camaronense, examina os desafios à segurança neste século XXI no rico e diversificado ecossistema do Golfo da Guiné, região de relevância geoestratégica e de acirradas disputas entre as potências imperialistas.

Os próximos artigos têm como campo de observação a América do Sul. Alfredo Carmona aborda os megaprojetos produtivos implantados no deserto de Atacama com base no estudo de duas comunidades afetadas em seus contextos socioambientais, que lograram suspender a construção da Termoeléctrica Castilla (capital brasileiro) e da Agrosúper (capital chileno). As estratégias de resistência às sequelas danosas do progresso nas regiões semiáridas são igualmente analisadas por Ademir Costa, jornalista e militante do movimento ambientalista. Sua pesquisa trata das

lutas e reivindicações por áreas verdes na cidade de Fortaleza, ao longo dos últimos quarenta anos, ao tempo em que mostra como os modelos urbanísticos importados e a especulação imobiliária desrespeitam os postulados da sustentabilidade ambiental. Secas e enchentes não ocorrem apenas no Nordeste do Brasil, como revela a comunicação de Wecisley Espírito Santo sobre as inundações em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. O relato etnográfico destaca as repercussões materiais e simbólicas da tragédia, vivida pelo próprio autor. De variadas maneiras, “natureza” tornou-se um conceito-chave para as mobilizações sociais e compeliu a inclusão de novos temas na agenda política municipal. A ação das Forças Armadas em calamidades é bastante conhecida, mas pouco se sabe o que a corporação militar pensa sobre as questões ambientais. Esta é precisamente a contribuição de Jaime Costa e Sigrid Andersen que revisam a literatura acadêmica produzida no âmbito do Exército brasileiro e opinam ser ainda incipiente a elaboração de um ideário ambiental.

Organizar uma edição sobre tema tão sensível foi possível graças ao empenho da equipe multidisciplinar de co-editores. Esperamos que o trabalho destes dedicados colegas estimule o aprofundamento das reflexões sobre os vínculos entre as categorias nação e natureza.

Os Editores